

“Normal, normal mesmo, é só deus”: sobre possibilidades e contradições da identidade de “pessoa com deficiência intelectual”

*“Normal, actually normal, only god is”:
reflections on the possibilities and contradictions in
the identity of “person with intellectual disability”*

Pedro Lopes

*Mestrando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo,
pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS/USP)
e do Grupo de Estudos Surdos e da Deficiência (GESD/USP).*

RESUMO

Este artigo explora debates acerca da “deficiência”, com foco na “deficiência intelectual”, com vistas a refletir sobre a noção de identidade. Amplamente criticada e revista em diferentes tradições que compõem o campo dos marcadores sociais da diferença, a identidade – como categoria organizadora de movimentos sociais e como chave para a compreensão de subjetividades individuais – é investigada aqui em suas possibilidades e contradições, num contraponto entre a literatura especializada e a trajetória de dois sujeitos assignados como “pessoas com deficiência intelectual”. Com base em entrevistas no formato de história de vida, analiso como esses sujeitos agenciam essa marcação em suas trajetórias, negociando seu sentido, sua abrangência e sua visibilidade. Se por um lado se pode falar em identidades sociais com base em diagnósticos biomédicos – caminho que vem se concretizando com maior destaque no caso da “Síndrome de Down” –, por outro lado se notam outras ressignificações desses diagnósticos, muitas vezes mediadas pela circulação por instituições de educação ou de inserção no mercado de trabalho. Nesses processos, estão em disputa espaços de legitimação e de narração de si, mas também habilidades e anseios pessoais.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Identidade. Marcadores sociais da diferença.

ABSTRACT

This article explores the debates on “disability”, focusing in “intellectual disability”, aiming to reflect on the notion of identity. Widely criticized and revisited in different traditions of the field of social markers of difference, identity – as organizing category of social movements and central key to the comprehension of individual subjectivities – is here investigated in its possibilities and contradictions. In order to do so, the specialized literature is confronted with the trajectories of two people assigned as “persons with intellectual disability”. Based on life story interviews, I analyze how these two subjects negotiate that mark and its sense, length and visibility. On the one hand one may think of social identities based on biomedical diagnosis – which is more and more the case in the debates around “Down syndrome”. On the other hand, one can observe other meanings in these diagnoses, usually mediated by people’s circulation in educational and labor institutions. In such processes, spaces of self-legitimacy and self-narration are at stake, but also personal abilities and desires.

Keywords: Intellectual disability. Identity. Social markers of difference.

Desde 2008, quando o Brasil ratificou a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, promulgada pela ONU, o tema da “deficiência”¹ vem se tornando mais e mais visível nos debates públicos. Na cena internacional, mas também no Brasil, essa crescente visibilidade tem se conformado não somente em função da proliferação de disposições normativas no campo dos direitos, mas pela atuação consistente de movimentos sociais, fundamentalmente agregados pela referência a uma identidade cultural (DAVIS, 2010; LANNA JÚNIOR, 2010).

Frente a esse cenário, este artigo tem por objetivo abordar alguns desenvolvimentos e significados dessa visibilização das questões relativas à “deficiência”, tendo como eixo de debate a noção de identidade, e como foco casos de “pessoas com deficiência intelectual”. Desse modo, em um momento inicial, são debatidas de forma ampliada as noções de “deficiência” e identidade num cenário internacionalizado, rumo ao contexto brasileiro. Em seguida, são exploradas duas trajetórias de sujeitos com “deficiência intelectual” que deslocam alguns dos pontos do debate, constituindo-se como narrativas que inserem tensões aos problemas levantados no primeiro momento do texto.⁴

“Deficiência” e identidade

Nas discussões sobre “deficiência”, Lennard Davis localiza a problemática da identidade associando-a a movimentos sociais organizados em função de outras categorias de identificação em tempos de pós-modernidade:

Alguém poderia interrogar a unidade do romance, da ciência, mesmo da física, mas não se podia interrogar o direito de ser mulher, de cor [*of color*], ou *queer*. Dada essa noção resistente de identidade, o movimento de pessoas com deficiência procurou, com razão, incluir a deficiência como parte do leque multicultural (DAVIS, 2010, p. 303, tradução livre do original em inglês).

Nesse campo de movimentos políticos arregimentados em função de identidades sociais, em diálogo com produções acadêmicas, a própria noção de identidade, além de sua delimitação, é foco de tensões significativas.³ Entende-se que assumir uma identidade é um ato de nomeação, que tende à produção de essencialismos – e exclusões. Mais focado no debate sobre raça e etnia, Paul Gilroy (2007, p. 126) argumenta:

[...] é preciso trabalho para convocar a particularidade e os sentimentos de identidade que são em geral vivenciados como se fossem consequências espontâneas ou automáticas de alguma cultura ou tradição dominante que especifica diferenças básicas e absolutas entre as pessoas. A consciência da identidade ganha um poder adicional a partir da ideia de que ela não é o produto final de uma “audácia” de algum homem grandioso, mas o resultado de uma experiência compartilhada, enraizada e vinculada em especial ao lugar, localização, linguagem e mutualidade.

No caso específico da “deficiência”, essa identidade poderia se pautar em disposições corporais específicas – consideradas “debilitadas” –, mas também na experiência de exclusão vivenciada em sociedades inadaptadas. Assim como Gilroy, no debate acerca de identidades, especialmente aquelas referidas em alguma medida a diferenças corporais – como é o caso das identidades raciais, sexuais, de gênero e “deficiência” –, diversos autores já há tempos têm questionado o caráter essencialista de suas definições. Nesse sentido, Donna Haraway escreve:

A consciência da exclusão que é produzida por meio do ato de nomeação é aguda. As identidades parecem contraditórias, parciais e estratégicas. Depois do reconhecimento, arduamente conquistado, de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente constituídos, esses elementos não podem mais formar a base da crença em uma unidade “essencial”. Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma situação – “ser” mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas questionáveis (2009, p. 47).

Essas reflexões analíticas acerca da noção de identidade e sua prática política são incorporadas, mas também interpeladas pelos movimentos sociais de diferentes formas. No caso da “deficiência”, um problema central parece ser a associação entre diagnósticos biomédicos e identidades sociais. Desse modo, nos movimentos de “pessoas com deficiência”, bem como no campo dos *Disability Studies* (Estudos sobre Deficiência), o questionamento dos *discursos científicos* e *outras práticas questionáveis* aos quais Haraway se refere ocupa uma posição de destaque. Os debates empreendidos acerca da temática da “deficiência”, tanto na academia quanto na militância, parecem em permanente tensão com o peso de saberes e poderes sobre o corpo desde seu mito fundador, com a criação da *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (Upias) no Reino Unido, em 1972.⁴

A atuação dessa organização foi marcada por um esforço significativo por se afastar de um *modelo médico* para a compreensão do fenômeno social da “deficiência”. Nesse sentido, a elaboração do que se chamou de *modelo social da deficiência* procurou discernir a lesão corporal, diagnosticada em bases médicas, do fenômeno social da “deficiência”. Os sujeitos não viveriam sua “deficiência” – pensada em termos de uma experiência de exclusão social – porque sofririam com uma lesão corporal, mas porque a sociedade na qual vivem não estaria adaptada a seus corpos diversos.

Os debates ao redor do modelo social, suas aplicações e alternativas são complexos e começam a ser apropriados no Brasil. O britânico Tom Shakespeare argumenta que

Compreensões tradicionais da deficiência fazem com que as pessoas com lesões [*impairments*] se sintam responsabilizadas. Termos como “invalidez” reforçam um senso de déficit pessoal e derrota. O foco recai sobre o indivíduo, e suas limitações corporais e cerebrais. A falta de autoestima ou autoconfiança é um dos maiores obstáculos para que as pessoas com deficiência participem da sociedade. O modelo social tem o poder de mudar a percepção das pessoas com deficiência. O problema é realocado do indivíduo para as barreiras e atitudes que o debilitam. Não é a pessoa com deficiência que deve ser responsabilizada, mas a sociedade. Não é ela quem deve mudar, mas a sociedade. Em vez de sentir autopiedade, a pessoa pode sentir ira e orgulho [*anger and pride*] (SHAKESPEARE, 2010, p. 269, tradução livre do original em inglês).

As análises de autores como Shakespeare – que se ocupam de questões relativas à “deficiência” tanto como teóricos (sociólogos, antropólogos e pesquisadores de *Disability Studies*) quanto como militantes – localizam o uso desse modelo entendendo-o como uma ferramenta política que cumpriu um papel central na construção do movimento social, mais que um conceito ou teoria. Nesse sentido, o modelo social teria aberto uma porta para a construção de identidades sociais de

“pessoas com deficiência”, não pautadas pela remissão naturalizada ao corpo, mas a uma experiência social específica.

Shakespeare, assim como Davis apontara anteriormente, nota que essas mobilizações identitárias inspiram-se em outros movimentos tais como os LGBT, feminismos ou movimentos negros. Entretanto, ele distingue:

Embora as pessoas com deficiência tenham de encarar a discriminação e o preconceito, tal como as mulheres, as pessoas gays e lésbicas e as minorias étnicas, e embora o movimento pelos direitos da pessoa com deficiência se assemelhe em sua forma e atividades a muitos desses outros movimentos, há uma diferença importante e central. Não há nada intrinsecamente problemático em ser uma mulher, ou ter uma orientação sexual, cor de pele ou formato corporal diferente. [...] “Orgulho deficiente” [*Disability pride*] é problemático, pois é difícil elaborar a deficiência como um conceito, na medida em que ela se refere a uma limitação ou incapacidade, ou então à opressão e à exclusão, ou ainda a ambas as dimensões (SHAKESPEARE, 2010, p. 272, tradução livre do original em inglês).

A crítica de Shakespeare retoma as dificuldades inicialmente encontradas na construção de uma identidade “deficiente”: não somente o diagnóstico imporia uma concepção determinista e individualista de um problema social, a construção da “deficiência” pela falta (seja no sentido da limitação, seja pela exclusão) representaria um entrave para a construção de identidades e movimentos de “orgulho”.

Esses desenvolvimentos e dilemas presentes no campo da “deficiência” acerca da construção de identidades políticas estão também presentes no contexto brasileiro. Aqui também se forma um movimento cujo discurso caminha no sentido de uma auto-organização das “pessoas com deficiência” – um movimento de “pessoas com deficiência”, e não *para* “pessoas com deficiência”, como fora a tônica de algumas associações e organizações já desde o século XIX (LANNA JÚNIOR, 2010). Consolidase, portanto, uma compreensão da temática da “deficiência” a partir de identidades sociais, arregimentadas em função de uma experiência corporal – e social – específica. Nesses discursos identitários, os diagnósticos médicos deixam de ser interpretados como um destino infeliz incontornável e são agenciados como ocasionadores de formas de identificação – estigmatizadas, é certo – passíveis de serem positivadas.

A *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, promulgada pela ONU e ratificada pelo Brasil em 2008, é possivelmente o melhor exemplo dessa tendência internacionalizada de compreender a “deficiência” nos marcos de um modelo social. Assim, lê-se em seu texto:

Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas [...] (BRASIL, 2008, p. 20).

A *Convenção*, todavia, dá pouca ênfase à noção de identidade como um agregador político. Em uma publicação nacional sobre o movimento político das “pessoas com deficiência” a identidade ocupa lugar de mais destaque:

As pessoas com deficiência, munidas da experiência de vida e conhecedoras de suas necessidades, começaram a agir politicamente contra a tutela e em busca de serem protagonistas. O que essas pessoas buscavam era se colocar à frente das decisões, sem que se interpussem mediadores.

É nesse momento que se evidencia a necessidade de criação de uma identidade própria e positiva para esse grupo social (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 37).

Nesse debate, o caso da “deficiência intelectual” apresenta-se particularmente interessante na medida que desloca alguns pressupostos e estratégias naturalizados. Nas narrativas que retomam a história dos Estudos sobre Deficiência, experiências corporais de pessoas com limitações mais severas à participação social parecem ocupar esse lugar de deslocamento:

O argumento do modelo social era o de que a eliminação das barreiras mostraria a capacidade e a potencialidade produtiva dos deficientes, uma ideia duramente criticada pelas feministas. A sobrevalorização da independência poderia ser um ideal perverso para inúmeros deficientes incapazes de alcançá-la. [...] Foram as feministas que mostraram o quanto o modelo social era uma teoria desencarnada da lesão, uma fronteira impossível de ser sustentada em qualquer caso, mas especialmente quando se incluíam lesões provocadas por doenças crônicas ou por lesões intelectuais (DINIZ, 2003, p. 4-5).

Inclusive nas entrevistas compiladas em *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil* (LANNA JÚNIOR, 2010), são recorrentes as falas de figuras de destaque do movimento sobre desafios políticos colocados pelo interesse em estimular a participação de “pessoas com deficiência intelectual”.

Mais recentemente, contudo, parecem despontar discursos que incluem definitivamente a “deficiência intelectual” como mais uma categoria identitária e de pertencimento. Nesse sentido, vale destacar o Dia Mundial da Síndrome de Down, oficialmente celebrado pela primeira vez pela ONU em 21 de maio de 2012. Na ocasião, a Associação Carpe Diem, instituição sediada em São Paulo, lançou o livro *Mude seu falar que eu mudo meu ouvir*, escrito em parceria com um grupo de seis jovens com “Síndrome de Down” (ASSOC. CARPE DIEM, FUJIHIRA, PAIVA, ANANIAS, MAIA, GOLEBSKI, ARRUDA & RODRIGUES, 2012).⁵ No livro, nota-se a tensão entre o diagnóstico biomédico e a possibilidade de construção de uma identidade.⁶

A deficiência intelectual é geralmente causada por algum tipo de comprometimento no tecido cerebral, dado por fatores genéticos (como a *Síndrome de Down*, por exemplo), infecções, oxigenação no cérebro insuficiente durante a gestação ou parto. [...] Mesmo quando há um comprometimento no tecido cerebral, a deficiência intelectual não é uma doença e sim uma condição muito peculiar no modo de compreender e apreender as situações. Se a forma de compreender é diferente, a maneira de se estar no mundo também fica “configurada” de forma diferente. É uma maneira de existir, não uma doença (ASSOC. CARPE DIEM, FUJIHIRA, PAIVA, ANANIAS, MAIA, GOLEBSKI, ARRUDA & RODRIGUES, 2012, p. 54).

Pretendendo estabelecer tensões com o que se apresentou, seguem nas próximas sessões deste texto as histórias de vida de dois sujeitos assignados como “pessoas com deficiência intelectual”.⁷ Trata-se de relatos que abordam noções como “deficiência” ou “pessoas especiais” de modo razoavelmente específico frente aos debates até aqui focalizados. Não se objetiva propor uma oposição rígida ou mesmo uma alternativa às políticas de identidade. O propósito é abrir a escuta para narrativas ambíguas, que apontam problematizações da noção de identidade enquanto categoria agregadora, ao mesmo tempo que têm de lidar com alguns dilemas semelhantes aos até aqui referidos. Antes de refletir sobre esses desenvolvimentos, vale fazer uma breve apresentação metodológica da pesquisa, com vistas a situar esses sujeitos e minhas condições de interlocução com eles.

Caminhos de pesquisa

Rodrigo e Paula,⁸ a cujas histórias me refiro nas próximas páginas, são meus conhecidos já há pelo menos quatro anos – desde antes, portanto, do início de minha pesquisa. Entrei em contato com eles por meio do trabalho como monitor em uma empresa de lazer voltada a “pessoas especiais”. A empresa promove passeios pela cidade de São Paulo para “pessoas com deficiência intelectual” segundo a seguinte estrutura: a cada final de semana, é agendado um roteiro – seja uma atividade cultural seguida por uma refeição compartilhada, seja um encontro em ambiente privado ou uma festa –, e os interessados, tendo feito inscrições ao início de cada mês, são acompanhados ao ponto de encontro por monitores, cuja função, além fazer o traslado de carro da casa de cada participante ao local do passeio, não excede o engajamento nas conversas e promoção de interações entre os presentes.

Com o passar dos anos, o convívio de um grupo razoavelmente fixo nos passeios formou uma rede de amizade entre os envolvidos, que ultrapassa os contextos coletivos de interação aos finais de semana, e se mantém por meio de telefonemas, encontros fora do contexto da empresa, e trocas por meio de redes sociais ou outras plataformas de diálogo *online*.

Nesse contexto, minha interlocução com os dois sujeitos cujas reflexões apresento a seguir teve início por meio da formação de vínculos de amizade e diálogo, antes que a proposta de realização de uma pesquisa se conformasse. Desse modo, desde 2011, nossas conversas passaram a incorporar a temática da pesquisa, com o início da escrita de meu projeto de mestrado. Aos poucos, fui apresentando a Rodrigo e Paula algumas das questões que depois foram retomadas em contextos de entrevista – já em 2012 –, debatendo com eles sua disponibilidade para discutir os temas que eu propunha, ao mesmo tempo que passei a lhes falar em maior detalhe sobre minhas atividades de pesquisa em antropologia e minha inserção institucional universitária.

A escolha da interlocução privilegiada com Rodrigo e Paula, desde antes do início formal de minha pesquisa, se deu em função de duas razões. Por um lado, tratava-se de duas das pessoas com quem eu tinha mais familiaridade e afinidade pessoal. Além disso, suas habilidades pessoais de comunicação e articulação me permitiram uma abordagem já consolidada do ponto de vista metodológico de pesquisa – o uso de entrevistas no formato de história de vida – para o acesso e o debate sobre temas e questões que passamos a compartilhar. A negociação da realização das entrevistas se deu diretamente com ambos os sujeitos, a quem pedi que conversassem com seus familiares. Pedi a ambos, também, que me colocassem em contato com seus pais ou irmãos para que eu os pudesse informar do teor da pesquisa. Rodrigo me concedeu o telefone de seu irmão, mas Paula me disse que não era necessário – o que respeitei. No seu caso, quando fui ao encontro agendado para uma primeira sessão de entrevista em sua casa, pude conversar com sua mãe – que, eu já sabia, estaria presente na ocasião – e contar com sua anuência para a realização da pesquisa.

Meu diálogo com esses dois sujeitos – mas também em outros casos que sucederam suas entrevistas –, e a tranquilidade na negociação da pesquisa com suas famílias, não somente se beneficia, mas é mediada pelos laços de amizade e confiança estabelecidos nos anos de convivência como monitor da empresa de lazer. Igualmente fundamental tem sido o apoio do fundador e organizador da empresa na colaboração com informações sobre as trajetórias dos sujeitos no contexto dos passeios e na relação com suas famílias, pela legitimidade de sua figura.

As negociações para a realização de entrevistas têm sido delicadamente construídas, procurando respeitar tanto a autonomia desses sujeitos marcados como “pessoas com deficiência intelectual” – e, portanto, constantemente colocados sob suspeição em relação a suas capacidades de entendimento e escolha –, quanto a ética

na pesquisa em antropologia. A própria condução das entrevistas também busca reconciliar meus interesses de pesquisa e as trajetórias, posicionamentos e emoções dos sujeitos com quem ela vem sendo produzida, alternando perguntas acerca da noção de “deficiência” ou outros temas tantas vezes considerados “pesados” – como se verá a seguir – e questões mais universais acerca de trajetória escolar e/ou de trabalho, relações familiares, interesses ou outros temas que emergem em nossas interações como mobilizadores de “orgulho” e satisfação pessoal. Nesse sentido, é não somente uma estratégia de pesquisa, mas também um princípio ético evitar que a realização da pesquisa, pensada como uma performance, atribua a suas narrativas e percepções de si os sentidos de patologia, “incapacidade” ou “debilidade”, tão fortemente associados a representações socialmente fortes e circulantes da “deficiência”. Embora se tenha por objetivo aqui, inclusive, problematizar noções como “autonomia”, “autodeterminação” e mesmo “inclusão”, investigando as formas como são construídas e os expedientes mobilizados em sua defesa, esses valores socialmente disseminados são observados como centrais do ponto de vista metodológico.⁹

A história de Rodrigo

Rodrigo tem 30 anos e, à época da escrita deste texto, estava desempregado. Depois de trabalhar por 12 anos como auxiliar de escritório em uma empresa de assessoria de imprensa, em abril de 2012 a empresa passou a funcionar em outro espaço na cidade e o seu acesso ficou inviabilizado – ele ia de carona com a mãe ou o padrasto e voltava para sua casa na hora do almoço, buscado de carro pela avó. A mudança, contudo, não se deu sem evidenciar ambiguidades. Anteriormente localizada na região da Avenida Berrini – um polo empresarial na Zona Sul de São Paulo mais recente que o da famosa Avenida Paulista, no entanto, menos servido de opções para o transporte público –, o acesso de Rodrigo ao ambiente dava-se especialmente em função da coincidência espacial entre a localização de seu ambiente de trabalho e o de sua mãe e padrasto. Porém, a assessoria mudou-se para a região da Avenida Paulista, a dois quarteirões de uma estação de metrô – de forma que, o que para a maioria dos funcionários representou uma facilidade de acesso, para Rodrigo marcou a impossibilidade de continuar no mesmo emprego. Embora a avó pudesse buscá-lo ao final do expediente, ele não teria carona para chegar ao trabalho, e não se desloca sozinho pela cidade.

Esse evento pontual em sua trajetória assinala algumas das ambiguidades que Rodrigo experimenta. Mesmo tendo sido funcionário contratado (e um dos mais antigos) de uma assessoria de imprensa – situação extremamente valorizada por ele e por outros entrevistados enquanto signo de independência e superação dos limites colocados pela “deficiência” –, a mudança do escritório da empresa evidencia o caráter circunstancial de seu vínculo e mesmo de sua possibilidade de escolha pela permanência no emprego.

A trajetória de Rodrigo é marcada, em sua narrativa, pela circulação por diversas instituições de ensino e inserção no mercado de trabalho voltadas para “pessoas especiais”. De uma família de classe média, moradora da região do Jardim da Saúde, dentre as instituições pelas quais circulou, ganha destaque em sua fala a Associação Carpe Diem – que Rodrigo chama de “o Carpe”. Frequentando por anos o Carpe, lá Rodrigo teve aulas de português e matemática – nas quais, ele faz questão de notar, tinha desempenhos destacados, fez amizades duradouras e se inseriu no mercado de trabalho (sua entrada na assessoria de imprensa, ainda na condição de estagiário, se deu por intermédio da Associação).

Mesmo descrevendo uma trajetória marcada pela circulação por instituições especializadas, é interessante notar como, em sua apresentação e reflexão sobre si,

Rodrigo não lançava mão das exatas categorias que mediarão sua circulação por tais espaços. Pelo contrário, em nossas conversas sobre “deficiência”, termo que ele evita – e já me disse, literalmente, que avalia como “muito pesado” –, os “deficientes” eram sempre *os outros*. Quando falávamos sobre acessibilidade, os exemplos que emergiam em suas reflexões eram de “deficiências físicas”, “visuais” ou “auditivas”. Algumas vezes, estimulado por minhas perguntas, a “Síndrome de Down” aparecia como mais um referencial para pensar acessibilidade e a situação das “pessoas com deficiência” na sociedade brasileira – ou, em termos genéricos, na sociedade. Contudo, Rodrigo dificilmente incluía a si mesmo nessas reflexões. Quando o assunto era o acesso ou os preconceitos, o nível da discussão parecia se tornar genérico e os exemplos a partir dos quais pensávamos se tornavam impessoais. Em um ou outro caso, Rodrigo citou algum amigo, especialmente recorrendo à marcação da dificuldade de fala, para tornar a discussão mais palpável. Quando eu o perguntava sobre sua trajetória, ele era evasivo e evitava pensar-se como “pessoa com deficiência”. Ele sabe perfeitamente, no entanto, que se enquadra como “deficiente intelectual”: algumas vezes, ele me confessou que nossas conversas o estavam ajudando a notar que o tema não era necessariamente um “bicho de sete cabeças” a ser evitado.

Falando do diagnóstico de sua “deficiência”, Rodrigo fazia questão de marcar uma exterioridade da categoria biomédica frente a sua trajetória e a seu vocabulário cotidiano. Repetidas vezes ele me disse “como é que é mesmo? Hidro... Hidrocefalia”. No seu caso, o diagnóstico biomédico não somente não lhe oferece um terreno fértil para a construção narrativa de si, como sua “hidrocefalia” é algo um pouco estranho, um tanto deslocado, difícil de reconhecer em si mesmo.

Frente às tendências identitárias assumidas pelos movimentos de reivindicação dos direitos de “pessoas com deficiência”, como compreender essa construção de si? Em primeiro lugar, vale destacar que, repetidas vezes em nossas conversas, Rodrigo marcou distinções entre si e aqueles que se poderiam supor seus “pares”, fossem os colegas de classe, fossem alguns amigos. No registro que ele me apresentou de sua história de vida, o desempenho acadêmico e a inserção e sucesso profissional – medidos em sua fala tanto pelo ilustre rol de clientes atendidos pela assessoria na qual trabalhou quanto pelo seu próprio domínio de linguajar e procedimentos técnicos –, lhe conferiam uma posição destacada frente a colegas com “deficiência intelectual”. Não só isso, Rodrigo lê e escreve,¹⁰ além de falar com muita fluência e carisma. Assim, suas habilidades pessoais parecem ir ao encontro de seus anseios na construção do sucesso de sua trajetória, quase nunca narrada com contradições ou tensões. Nesse cenário, a “deficiência” emerge como um tema a ser evitado, apontando no sentido de uma experiência de limitações que são identificadas em *outros*. Alguns de seus amigos articulam mal as palavras, ou não estão empregados. É para eles, e tantas outras “pessoas com deficiência” – especialmente, com *outras* “deficiências”, “sensoriais” ou “físicas”, mas também dificuldades de linguagem ou locomoção –, que é preciso pensar a inclusão.

Apesar da inicial coerência de sua narrativa e da recusa da “deficiência” como categoria operativa para pensar a si mesmo, emergiram eventualmente em seu discurso experiências de limitação, explicadas por interdições impostas a ele por uma condição não nomeada. Nesse sentido, Rodrigo me contou que um colega de trabalho brincou com ele pedindo que fosse comprar um chocolate no bar em frente ao escritório, do outro lado da rua. Mesmo sabendo que, na ocasião, não estava em jogo uma demanda efetiva e sim uma brincadeira, ele observou para mim: “mas eu não posso fazer isso”. Ao perguntar a razão, Rodrigo me respondeu: “porque não posso andar na rua sozinho”. Essas interdições, presentes em seu discurso de forma difusa, não são por ele referidas à condição de “deficiência intelectual”, ou mesmo a seu estatuto de “pessoa especial”. Em sua fala, ele simplesmente não poderia comprar o chocolate porque não podia andar sozinho na rua – e não podia andar na rua sozinho por um “problema” em sua visão (uso

de óculos) e por uma “dificuldade de equilíbrio”. Embora a justificativa última para sua interdição à circulação desacompanhada pela rua pudesse ser facilmente traçada como decorrência de sua “deficiência”, Rodrigo optou por descrevê-la de forma não marcada pelo estatuto específico de “pessoa com deficiência”, tratando a interdição como uma limitação pessoal e contingente.

Para encerrar essa pequena apresentação de Rodrigo, segue um trecho de sua entrevista particularmente interessante, que rearticula os pontos aqui apresentados:

Rodrigo: Se você perguntar pra mim: você se acha especial?, eu respondo: em algumas coisas sim. Daí: pra quê? Eu não posso dirigir, não posso andar sozinho na rua... Mas isso se me perguntar, porque se não perguntar eu deixo quieto. Agora, se vier com pergunta meio besta...

Pesquisador: Tipo o quê?

Rodrigo: Tipo, você se importa de ser pessoa especial? Eu não! E como é pra você? Ué, normal. Eu tenho meus amigos, faço tudo. Eu trabalho, eu pinto. Se bem que agora não tô na ativa... E falam que pessoa especial não pode trabalhar...

A história de Paula

Paula, uma mulher com “deficiência intelectual” de 42 anos, é moradora do bairro do Itaim Bibi, onde divide um grande apartamento com a mãe, que tem mais de 90 anos. Suas experiências e percepções a respeito da “deficiência”, bem como o modo de construir narrativamente a si mesma em contextos de entrevista a aproximam dos relatos produzidos por Rodrigo.

No caso de Paula, é ainda mais difícil encontrar a “deficiência” como categoria eloquente para falar sobre si. Como Rodrigo, Paula também apresenta uma trajetória marcada pela circulação por instituições voltadas a um público “especial”.

Paula foi aluna de diversas instituições de ensino e profissionalização voltadas a “pessoas especiais” ou com “deficiência intelectual”. Essas instituições marcaram sua narração da própria vida especialmente em função de dois elementos: foi ali que fez muitas das amizades que mantém até hoje, e é com base em suas experiências nesses ambientes que ela fundamenta seu discurso a respeito das “pessoas com deficiência intelectual”.

Quando liguei para Paula para agendarmos uma entrevista formal, ela já sabia que minha pesquisa focalizava trajetórias de “pessoas com deficiência intelectual”, o que eu retomei na ligação. Pelo telefone, me disse que “esse é um assunto que a gente precisa começar a mexer”. Eu interpretei, a princípio, essa afirmação com ambiguidade: Paula estava falando que precisávamos começar a mexer nesse assunto porque entendia que ele era pouco tematizado em sua própria trajetória, ou estava me dizendo que era preciso que tratássemos das histórias de vida de “pessoas com deficiência intelectual” em função de sua relativa invisibilidade social, ou da falta de acesso a direitos?

Mais a frente na conversa, Paula me disse, a respeito de “pessoas com deficiência intelectual”, ou, em suas palavras, pessoas que têm “problema”: “são pessoas que, se você não trabalha, você olha e fala: ah, esse aí é um besta”. Durante entrevista formal, Paula me contou de uma peça a que fora assistir recentemente, em uma instituição na qual estudara, que a sensibilizou a ponto de fazê-la chorar. Segundo ela, o que a tocara na situação seria a beleza em ver pessoas com tantas “dificuldades”, ou “problemas” – ela me falou de amigos que atuavam na peça e que praticamente não articulavam a fala, ou que tinham mobilidade reduzida –, fazendo uma apresentação tão “perfeita”.

Tendo frequentado, nos anos 1990, a mesma instituição em que assistira à peça referida, Paula relatou que alguns de seus colegas de então avaliavam que a instituição “decaíra”. Segundo ela, esses colegas baseavam-se na observação de uma maior quantidade de pessoas nas condições dos atores da peça. Embora ela concordasse com a percepção de seus colegas, discordava da avaliação: de fato, segundo Paula, agora haveria mais pessoas com “dificuldades” de articulação ou mobilidade, o que, contudo, ela não entendia como um sinal de deterioração do ambiente. Pelo contrário, como manifestou ao telefone, “esse é um assunto que a gente precisa começar a mexer”.

Em entrevista formal, perguntei a Paula o que ela achava da expressão “deficiência”, que, até então, ela não utilizara nenhuma vez. Sua resposta: “Nossa! Muito pesada! [risos]”. E seguiu:

A pessoa pode ser deficiente e tudo... Mas eu não sei... Não sei. É uma palavra muito forte pra dizer que uma pessoa é deficiente... Parece que a pessoa tá ali e não... Como é que eu posso dizer?... Ela tá ali e nunca vai fazer nada, sabe? Ah, então a pessoa é deficiente? Ih, então não vai fazer nada... Pelo menos é o que eu penso.

Ao que parece, em suas reflexões, a noção de “deficiência” estaria irremediavelmente associada a uma exacerbada limitação intelectual, motora e social, marca de um destino infeliz. O termo “pessoa especial” apareceu, em seu discurso, somente como uma alternativa mais polida, mais delicada, para nomear uma mesma condição. A saída que Paula observou seria pela expressão “ter um problema”, que configuraria um modo de nomear experiências mais universalizadas, já que, segundo ela, “normal, normal mesmo é só Deus” – mesmo assim, ela evitou falar sobre seus próprios “problemas”. A narrativa de Paula também pode ser mais bem compreendida quando levadas em consideração suas habilidades pessoais: ela, como Rodrigo, é extremamente comunicativa e articulada. Além disso, Paula circula com bastante liberdade pela cidade. Vai ao cinema, a algumas quadras de sua casa, acompanhada somente do namorado e, inclusive, toma ônibus ou táxi sozinha para alguns passeios. Todas essas habilidades a distinguem de muitos colegas e amigos “especiais”, e a possibilitam construir uma imagem de si menos marcada por narrativas de limitação.

Em relação ao trabalho, Paula me disse que não podia se empregar. Segundo ela, recebia um benefício do governo que a impedia de exercer atividade remunerada. Quando perguntei sobre o tema, ela disse que o benefício viera com o falecimento de seu pai, que fora deputado. Sem maiores explicações, ela logo passou a falar sobre como considerava o impedimento ao trabalho injusto. Perguntei a ela acerca da possibilidade ou interesse em fazer trabalho voluntário, mas ela respondeu: “Quero trabalhar pra ganhar dinheiro... Se for voluntário prefiro nem fazer”. É interessante notar como o impedimento ao trabalho, que a princípio poderia figurar como uma contradição em sua trajetória, foi explicado por Paula como uma injustiça contra a qual ela nada poderia fazer. Isso não desmontou a coerência de sua história. Pelo contrário, em sua fala, o veto ao trabalho se tratava de uma arbitrariedade que nada teria a ver com algum diagnóstico ou limitação de alguma ordem (senão “burocrática”).

Considerações finais

Este artigo buscou apresentar um exercício preliminar de cotejamento entre uma bibliografia voltada a questões de identidade e “deficiência” – partindo de tradições no campo dos marcadores sociais da diferença e dos Estudos sobre Deficiência em sua reflexão sobre movimentos sociais identitários – e duas trajetórias de sujeitos que caminham em sentido razoavelmente distinto. A proposta não foi explorar essas duas narrativas como *alternativas* à constituição de identidades políticas e culturais, mas

como relatos que evidenciam algumas contradições experimentadas por sujeitos que ocupam posições bastante específicas num campo que vem ganhando crescente visibilidade pública em anos recentes. Tratam-se, em alguma medida, de *retóricas ambivalentes* (MOUTINHO, LOPES, ZAMBONI, RIBAS & SALO, 2010), que apresentam tensões aos debates sobre “deficiência” e “deficiência intelectual”, negociando formas de reconhecimento que não deixam de operar deslocamentos e criar novas hierarquias. Desse modo, a ambivalência de seus relatos se faz notar pela peculiaridade da posição que ocupam frente a formações discursivas que vêm ganhando espaço e força nacional e internacionalmente: destacadamente, as políticas e retóricas da identidade.

Nesse cenário, as críticas já estabelecidas à potencial naturalização das diferenças sociais que o discurso identitário traz consigo não surtem exatamente o efeito de barrá-lo, mas são incorporadas: se, reconhecendo-se as críticas, não se localiza a “deficiência” num corpo visto como dimensão *natural* do sujeito, a identidade de “pessoa com deficiência” pode ser construída a partir da experiência de exclusão ou opressão. O que as narrativas de Rodrigo e Paula apontam frente a esse cenário são algumas bordas desse processo. Não se trata, em seus casos, de sujeitos que ocupam posições periféricas ou hierarquicamente desvantajosas frente à identidade de “pessoa com deficiência intelectual” que se vem construindo. Rodrigo e Paula não constroem para si um discurso identitário por não desfrutarem de meios cognitivos para tanto: eles são capazes de narrar a si mesmos, de elaborar e refletir sobre suas próprias trajetórias. Contudo, não o fazem.

Não se quer com isso dizer que a adesão a um discurso identitário seja simplesmente dada por meio de uma escolha livre e consciente do sujeito. O que se nota nos dois casos é que a mobilização de outros expedientes que não a identidade para localizar a si mesmos como sujeitos só é possível em função de uma posição peculiar em relação a marcadores sociais de geração e classe – conforme o que pode observar.

Tanto Rodrigo quanto Paula pertencem a camadas sociais com maiores acessos a diversos serviços, muitos deles privados, voltados a “pessoas especiais”. Esses serviços já estavam em operação mesmo antes da ampla expansão dos debates públicos sobre “deficiência” – significativamente influenciada por convenções internacionais concentradas nos anos 2000 e pela ação de movimentos sociais destacadamente desde os anos 1980. Além disso, nenhum deles em momento algum se envolveu com o movimento social ou mesmo se engajou mais consistentemente em debates acerca da condição das “pessoas com deficiência” ou acessibilidade. Assim, não somente a noção de uma identidade social marcada pela “deficiência” não esteve em seus horizontes mais imediatos, mas raramente se viram confrontados com situações de alteridade ostensiva num único eixo de diferenciação – “pessoa com deficiência”/ “pessoa sem deficiência” –, segundo seus relatos. Ao contrário do que se poderia supor, em suas narrativas, a alteridade em relação às imagens que constroem de si está antes configurada na própria noção de “deficiência”. Em suas reflexões, ambos enxergam a “questão da deficiência” como um problema social a ser resolvido, mas que dificilmente os inclui.

Nesse sentido, é também significativo que ambos apresentem sinais distintivos¹¹ que os colocam em posições privilegiadas entre outras “pessoas com deficiência intelectual”: ambos dominam a leitura e a escrita, e articulam sua fala e argumentação com desenvoltura. Além disso, Rodrigo tem uma trajetória profissional de longa data e narra um destacado desempenho escolar, enquanto que Paula se desloca com autonomia pela cidade. Sem dúvida, essas habilidades pessoais informam e abrem espaços de reconhecimento para construções de si menos marcadas por noções de “deficiência” ou “pessoa especial”. Porém, fica evidente no discurso dos entrevistados que essa recusa não se dá senão “à custa” da acusação de outros como “deficientes” – tendo-se em vista que ambos associam à categoria uma forte conotação negativa.

Portanto, ambos negociam espaços de reconhecimento e legitimação de si, ao mesmo tempo que fazem referência a um comprometimento com as disputas políticas que envolvem a experiência da “deficiência”, recorrendo a expedientes que atenuam suas próprias marcações como “pessoas com deficiência”. Ao mesmo tempo, Rodrigo e Paula reiteram hierarquias que vivem entre si e outros colegas e amigos com “dificuldades” motoras e de linguagem mais severas.

Parece inevitável recordar aqui as palavras de Tom Shakespeare (2010) anteriormente apresentadas. Segundo ele, haveria algo intrinsecamente problemático na construção de uma identidade “deficiente”, sempre remetida a alguma falta. Entretanto, é preciso observar essa ideia com cautela, pelo menos por duas razões. Em primeiro lugar, diferente da exclusividade que Shakespeare anuncia, a assunção de outras identidades, para além da “deficiente”, também se dá marcada pela ambiguidade da patologização e dos diagnósticos – de alguma forma, uma noção de desajuste. Como, por exemplo, aponta Judith Butler (2009), a identidade transexual também se vincula tensamente a um diagnóstico, na medida que somente com a assunção – e performatização – desse diagnóstico é que se conseguem financiamentos para cirurgias de mudança de sexo e uso de hormônios. Em segundo lugar, há reivindicações identitárias e/ou culturais sob o signo mais amplo da “deficiência” que não se afirmam por uma falta, mas pela especificidade, como o caso da “cultura surda” (SILVA, 2010), ou mesmo no caso da defesa já apresentada aqui, da “deficiência intelectual” como uma “maneira de se estar no mundo”, “uma maneira de existir, não uma doença” (ASSOC. CARPE DIEM, FUJIHIRA, PAIVA, ANANIAS, MAIA, GOLEBSKI, ARRUDA & RODRIGUES, 2012, p. 54).

Apesar dessas ressalvas, as vozes de Paula e Rodrigo de fato fazem ecoar as palavras de Shakespeare. Em suas narrativas, a noção de “deficiência” emerge como algo inevitavelmente atrelado à “limitação” e à “incapacidade”: uma categoria, portanto, a ser recusada na construção de narrativas sobre si.

Há, por fim, que se considerar o caráter contingente de seus relatos. Produzidos em situações de entrevistas formais e conversas informais, ainda em fase inicial da pesquisa, a economia afetiva dessas interações aponta no sentido de experiências e percepções até agora não nomeadas. A fala de Rodrigo, por exemplo, manifesta certo rancor: “Agora, se vier com pergunta meio besta... [...] Tipo: você se importa de ser pessoa especial? Eu não! E como é pra você? Ué, normal”. Embora ele faça pouco uso de categorias associadas à “deficiência” para pensar sua trajetória, isso não significa que elas não estão em jogo. Ao contrário: sua fala pode ser lida também como um discurso *contra* a “deficiência” enquanto eixo narrativo.

NOTAS

¹ As categorias relacionadas ao termo “deficiência” estão grafadas entre aspas no intuito de frisar seu tratamento como categorias do campo, cujos sentidos ora se investigam.

² Este artigo é fruto de um trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo. Agradeço às Professoras Soraya Fleischer, Ednalva Neves e Daniela Knauth e ao Professor Pedro Nascimento pelos comentários, bem como aos colegas do GT Etnografias de Biodefinições. O que segue é uma exploração preliminar do material que venho recolhendo em minha pesquisa de mestrado iniciada em março de 2012 no PPGAS/USP, intitulada *Negociando deficiências: sobre identidades, subjetividades e corporalidades entre pessoas com “deficiência intelectual”*, orientada pela Professora Laura Moutinho, com bolsa pela FAPESP. A pesquisa compõe um projeto mais amplo intitulado *Entre a exclusão, o reconhecimento e a negociação: (homo)sexualidade e raça em uma perspectiva comparada*, financiado pelo CNPq (Edital Gênero – processo nº 402916/2008-5 e Produtividade em Pesquisa – Nível 2 – CNPq), que vem sendo desenvolvido no âmbito do NUMAS/USP, também sob a coordenação da Professora Laura Moutinho.

³ Sobre o compartilhamento e interelação de preocupações político-teóricas entre academia e ativismo, especialmente sobre o tema da identidade, ver Carrara e Simões (2007) e Moutinho e Carrara (2010).

⁴ Fundada pelo sociólogo Paul Hunt, a Upias foi uma instituição inglesa central na luta pelos direitos das “pessoas com deficiência”. Agregando ativistas e pesquisadores, ali foram produzidas novas propostas de entendimento da “deficiência” como categoria social, além da defesa política de direitos e autonomia. Sobre narrativas fundacionais do campo – que apresentam, inclusive, críticas e desenvolvimentos da atuação da Upias no marco dos Estudos sobre Deficiência –, especialmente seguindo essa tradição britânica, ver Diniz (2007), Davis (2010) e Shakespeare (2010).

⁵ O livro é de central interesse para os debates aqui em foco, tanto por sua escrita por “pessoas com deficiência intelectual” quanto pelo debate ali proposto acerca da *acessibilidade*, tema que praticamente sai de cena no caso da “deficiência intelectual” – o que é um traço distintivo em relação a outras “deficiências”.

⁶ O termo *identidade* é usado apenas uma vez, passageiramente, na apresentação de Marta Gil, mas ele está no horizonte de muitas falas:

“Bia Paiva: Porque a gente está fazendo um livro de como as pessoas devem lidar com pessoas com deficiência intelectual. Para isso estamos montando um livro para que todas as pessoas consigam abrir os olhos, os ouvidos, o coração e as mentes para entenderem melhor o mundo das pessoas que têm a deficiência” (ASSOC. CARPE DIEM, FUJIHIRA, PAIVA, ANANIAS, MAIA, GOLEBSKI, ARRUDA & RODRIGUES, 2012, p. 43).

“Carol Golebski: Eu fui convidada para participar deste livro porque, o que a gente quer mostrar para as pessoas? Mostrar a deficiência intelectual! [...] Todos nós vai contar coisas neste livro, como o que a gente acha interessante, como a gente foi discriminado, falar sobre preconceito. Mas não só isso! A gente vai falar o que a gente sentiu na sociedade. [...] A gente vai dizer coisas que ninguém nunca ouviu, nunca viu, nunca leu” (Idem, p. 44).

⁷ Classificar os dois sujeitos como “pessoas com deficiência intelectual” neste momento do texto tem por objetivo somente localizá-los de um ponto de vista mais sociológico como pessoas com biografias atravessadas por essa categoria, a princípio em função de diagnósticos biomédicos atribuídos a eles em seus primeiros anos de vida. As renegociações classificatórias que ambos empreendem frente à noção de “deficiência intelectual”, conforme se argumentará, virão a problematizar essa marcação.

⁸ Nomes fictícios.

⁹ Essa discussão metodológica – e ética – se beneficia das reflexões de Maria Júlia Kovács (2009) acerca de sua pesquisa com pacientes oncológicos em estados avançados de doença. Embora os campos de pesquisa sejam distintos, os problemas enfrentados pela autora são bons para pensar dilemas e estratégias de pesquisa em um campo mais amplo no qual a definição da autonomia dos sujeitos é socialmente posta sob suspeição, e as condições metodológicas de realização da investigação apresentam-se sensíveis em relação a seus impactos potenciais nas trajetórias, percepções e sentimentos das pessoas.

¹⁰ Sobre isso, Rosana Glat (1989) observa que a habilidade de ler e escrever em muitos contextos opera como sinal forte de distinção entre “pessoas com deficiência intelectual”.

¹¹ Para um debate da noção de *sinais distintivos* entre “pessoas com deficiência visual” e “cegueira”, ver Cavalheiro (2012).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CARPE DIEM; FUJIHIRA, Carolina; PAIVA, Ana Beatriz; ANANIAS, Beatriz; MAIA, Carolina; GOLEBSKI, Carolina; ARRUDA, Claudio; RODRIGUES, Thiago. *Mude seu falar que eu mudo meu ouvir*. São Paulo: Associação Carpe Diem/Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2012.

BRASIL. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)/Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), 2008.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. *Physis*, v. 19, n. 1, p. 95-126. 2009.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*, v. 28, p. 65-99. 2007.

CAVALHEIRO, Andrea de Moraes. *Com outros olhos: uma análise etnográfica da “cegueira” e “deficiência visual”*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DAVIS, Lennard J. The End of Identity Politics: on disability as an unstable category. In: _____. (Org.). *The Disability Studies Reader*, 3. ed. Nova York/Oxon: Routledge, 2010. p. 301-315.

DINIZ, Débora. O Modelo Social da Deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, v. 28, p. 1-8. julho, 2003.

_____. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GILROY, Paul. Identidade, pertencimento e a crítica da similitude pura. In: *Entre Campos: nações, culturas e o fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 123-164.

GLAT, Rosana. *Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

KOVÁCS, Maria Julia. Pesquisa com pacientes gravemente enfermos: autonomia, riscos, benefícios e dignidade. *Revista Bioética*, v. 17, n. 2, p. 309-318. 2009.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MOUTINHO, Laura; LOPES, Pedro; ZAMBONI, Marcio; RIBAS, Mario; SALO, Elaine. Retóricas Ambivalentes: ressentimentos e negociações em contextos de sociabilidade juvenil na Cidade do Cabo (África do Sul). *Cadernos Pagu*, n. 35, p. 139-176. 2010.

MOUTINHO, Laura; CARRARA, Sérgio. Apresentação ao Dossiê Raça e Sexualidade em Diferentes Contextos. *Cadernos Pagu*, n. 35, p. 9-35. 2010.

SHAKESPEARE, Tom. The Social Model of Disability. In: DAVIS, Lennard J. (Org.). *The Disability Studies Reader*, 3. ed. Nova York/Oxon: Routledge, 2010. p. 266-273.

SILVA, César Augusto de Assis. *Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2010.